



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Triângulo- Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 7/IEF/URFBIO TRIANGULO - NUREG/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0045343/2022-82

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Agropecuária Cecília e RI LTDA	CPF/CNPJ: 08.782.421/0001-23
Endereço: Avenida Coronel Zacarias Borges de Araujo nº 750	Bairro: Distrito Industrial II
Município: Uberaba	UF: MG
Telefone: (34) 997971432	CEP: 38.064-700
E-mail: fernandaferreira_eng@hotmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Boa Esperança	Área Total (ha): 640,35
Registro nº: 4751	Município/UF: Conquista /MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3118205-7B87.6C53.61B6.40C1.B1C5.C76B.3E4D.0397	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	120,28	hectares

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,00	hectares			

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		0,00

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Floresta Estacional Semidecidual	médio	0,00

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		0,00	m³
Madeira de floresta nativa		0,00	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 22/11/2023

Data da vistoria: 26/09/2023

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 07/02/2024

2. OBJETIVO

Solicita intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 120,28 hectares para o cultivo de cana de açúcar e culturas anuais.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A Fazenda Fazenda Boa Esperança localiza-se na zona rural do município de Conquista-MG, sendo composta pela matrícula 4751, conforme registro no Cartório do Registro de Imóveis de Conquista-MG, com área total de 640,35 ha, que corresponde a 26,68 módulos fiscais. O imóvel possui reserva legal averbada em cartório e está localizado no Bioma Cerrado.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3118205-7B87.6C53.61B6.40C1.B1C5.C76B.3E4D.0397

- Área total: 640,3520 ha

- Área de reserva legal: 160,6369 ha

- Área de preservação permanente: 32,6865ha

- Área de uso antrópico consolidado: 475,5032 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 125,8528 ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal (RL):

( ) Proposta no CAR (X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-2-3957

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( x ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 2

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado não correspondem com as constatações feitas durante a vistoria. As duas glebas de RL, foram cadastradas como Reservas Propostas, embora a RL esteja averbada em cartório. As duas glebas de RL são formadas por vegetação nativa, sem levar em consideração as Áreas de Preservação Permanente. Vale ressaltar que a matrícula da intervenção (4751) é proveniente da matrícula de nº 3957, que consta a averbação da RL.

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

É objeto desse parecer analisar a solicitação para supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 120,28 hectares de áreas comuns. De acordo com o Projeto de Intervenção Ambiental a supressão requerida tem por finalidade a implantação de cana-de-açúcar e culturas anuais.

A intervenção requerida possibilitaria um incremento nas ações socioeconômicas, essas ações atenderiam as medidas de controle e mitigação de impactos ambientais.

Taxa de Expediente: R\$ 1.168,72- DAE 1401201769817 - Pago em 21/07/2022

Taxa florestal: R\$ 31.618,71 - DAE 2901201770082 - Pago em 21/07/2022 (lenha) - sem necessidade de complementação

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23123813

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: média

- Prioridade para conservação da flora: média

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não há

- Unidade de conservação: Não

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: -

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Agricultura

- Atividades licenciadas: G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAS/Cadastro

- Número do documento: 3295/2022

#### 4.3 Vistoria realizada:

A propriedade foi vistoriada no dia 26/09/2023 e ficou constatado que a propriedade está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, imóvel denominado Fazenda Boa Esperança Município de Conquista (MG), possui uma área total de 640,3520 ha, (26,6813 módulos fiscais) sendo 38,7364 ha em área de preservação permanente, 279,20 ha de vegetação nativa e em regeneração e 357,36 de área de consolidada.

A Reserva Legal está proposta em 2 fragmentos que somam 128,0710 ha, área que corresponde a 20% do imóvel, conforme preceitua a legislação sem fazer uso da APP no cômputo. Estão cobertos de vegetação nativa, porém, houve um incêndio na região, fator este muito comum na região em período de seca, a vegetação nativa da propriedade foi bastante afetado, provocando morte de árvores, arbusto e outros. Toda área afetada pelo fogo, inclusive a área de reserva está em recuperação natural.

#### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: A topografia da área do imóvel tem variação média de 0 a 12%, porém a declividade da área requerida para intervenção é bastante plana, com declividade média 0 a 10%.

- Solo: No imóvel predomina o latossolo vermelho amarelo com manchas de cascalho e afloramento de rochas.

- Hidrografia: O imóvel possui uma área de 38,7364 ha em área de preservação permanente.

#### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual.

- Fauna: Seriema, rolinha, cascavel, cotia, tatu e etc.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Não se aplica

### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Quanto à análise técnica, segundo as informações apresentadas pelo Técnico Responsável a vegetação nativa tem como fisionomia floresta estacional semidecidual (FES) e encontra-se em estágio médio de recuperação. No estudo apresentado, verificou-se que as espécies mais importantes foram: Angico (*Anadenanthera colubrina*), Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), Guaritá (*Astronium graveolens*), Guatambu (*Aspidosperma* sp.) e Araçá (*Psidium cattleianum*), as quais apresentaram os seguintes IVIs (Índices de Valor de Importância): 10,94459; 9,42822; 8,08050; 7,68408 e 7,52465, respectivamente. O IVI é um índice que engloba três parâmetros: Densidade; Dominância e Frequência. Foram utilizadas 8 parcelas de 500 m<sup>2</sup>, totalizando 0,4 ha de área amostral. Em virtude do incêndio ocorrido, conforme mencionado no tópico 4.3, foi solicitado um novo mapa, reduzindo-se a área de intervenção de 120,28 ha para 49,3002 ha, de acordo com o documento SEI nº (80883015). A volumetria obtida foi de 39,36 m<sup>3</sup>/ha, na análise estatística, que teve como base a volumetria, foram obtidos os seguintes resultados: Desvio Padrão (1,71); Coeficiente de Variação (4,33%) e o erro de amostragem: 2,88%. Ademais, não foi mencionado no estudo, as médias gerais referentes ao DAP (Diâmetro Altura do Peito) e H (Altura). Entretanto na distribuição diamétrica, representada através do centro de classes de DAP, o maior volume amostral foi obtido na classe de DAP de 25 cm.

Comparando-se a volumetria obtida com a volume da fisionomia da floresta estacional semidecidual, estabelecido no art. 26, IV, alínea e do Decreto nº 47.580/2018, há uma discrepância nas médias da volumetria, tendo em vista que no estudo o volume médio para FES, estágio médio, foi de 39,36 m<sup>3</sup>/ha, ao passo que segundo o Decreto 47.580/2018 a média é de 83,33 m<sup>3</sup>/ha.

Vale salientar que FES é uma fisionomia típica do Bioma Mata Atlântica, embora o imóvel esteja localizado em Bioma Cerrado, considerando o mapa da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/06). Diante disso, a análise técnica seguiu as normativas da Instrução de Serviço do Sisema nº 02/2017, a qual orienta os procedimentos para análise do corte e supressão de vegetação primária e secundária em estágio médio e avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica. E nesse caso, mesmo que a área de supressão esteja fora do mapa de aplicação da Lei 11.428/06, o tratamento jurídico é o mesmo dado à Mata Atlântica.

No processo em tela, dentre as espécies que obtiveram os maiores IVIS, três são indicadoras de FES: Angico (*Anadenanthera colubrina*), Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*) e o Guatambu (*Aspidosperma* sp.), segundo a Resolução do CONAMA nº 392/07. O art. 2º, II, alínea b da resolução supracitada, traz as seguintes características para caracterização do estágio médio de FES:

1. estratificação incipiente com formação de dois estratos: dossel e sub-bosque;
2. predominância de espécies arbóreas formando um dossel definido entre 5 (cinco) e 12 (doze) metros de altura, com redução gradativa da densidade de arbustos e arvoretas;
3. presença marcante de cipós;
4. maior riqueza e abundância de epífitas em relação ao estágio inicial, sendo mais abundantes nas Florestas Ombrófilas;
5. trepadeiras, quando presentes, podem ser herbáceas ou lenhosas;
6. serapilheira presente variando de espessura de acordo com as estações do ano e a localização;
7. espécies lenhosas com distribuição diamétrica de moderada amplitude com DAP médio entre 10 (dez) centímetros a 20 (vinte) centímetros; e
8. espécies indicadoras referidas na alínea "a" deste inciso, com redução de arbustos.

Apresentado os aspectos técnicos referentes ao Inventário Florestal e as características dos estágios de regeneração, se faz necessário avaliar a possibilidade legal de autorizar a intervenção ambiental solicitada. Para tanto, baseando-se no art. 23 da Lei 11.428/06, o corte e supressão e exploração de vegetação de mata atlântica é permitido nos seguintes casos:

I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas;

II - (VETADO).

III - quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após averbação da reserva legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

IV - nos casos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei.

Diante das considerações, tendo em vista que a finalidade da intervenção não coaduna com os casos previstos na Lei 11.428/06, sugiro o **INDEFERIMENTO** da intervenção solicitada.

#### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Não se aplica

### 6. CONTROLE PROCESSUAL

#### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de regularização de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Agropecuária Cecília e RI LTDA**, conforme consta nos autos, para **supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo em 120,28 hectares**, na Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Conquista/MG, conforme matrícula nº 4751 do CRI da Comarca de Conquista/MG.

2 – A propriedade possui área total matriculada de 640,35ha e área de reserva legal preservada, averbada dentro do imóvel e informada no CAR.

3 – As intervenções tem por finalidade a implantação do cultivo de cana de açúcar e culturas anuais.

4 – A atividade desenvolvida no empreendimento é Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, a qual é considerada nos termos da Deliberação Normativa nº 217/17, como passível de licenciamento ambiental na modalidade LAS/Cadastro, conforme informado no requerimento anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrículas do imóvel, mapas, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento, protocolo do sinafior e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

#### II. Análise Jurídica:

6 – De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico e observando-se as premissas legais vigentes, o requerimento de intervenção não é passível de regularização, uma vez que não está de acordo com a legislação ambiental vigente.

Considerando que a vegetação nativa tem como fisionomia floresta estacional semidecidual (FES) e encontra-se em estágio médio de recuperação. A volumetria obtida com o volume da fisionomia da floresta estacional semidecidual, estabelecido no art. 26, IV, alínea e do Decreto nº 47.580/2018, há uma discrepância nas médias da volumetria, tendo em vista que no estudo o volume médio para FES, estágio médio, foi de 39, 36 m³/ha, ao passo que segundo o Decreto 47.580/2018 a média é de 83,33m³/ha.

Vale salientar que FES é uma fisionomia típica do Bioma Mata Atlântica, embora o imóvel esteja localizado em Bioma Cerrado, considerando o mapa da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/06). Diante disso, a análise técnica seguiu as normativas da Instrução de Serviço do Sisema nº 02/2017, a qual orienta os procedimentos para análise do corte e supressão de vegetação primária e secundária em estágio médio e avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica. E nesse caso, mesmo que a área de supressão esteja fora do mapa de aplicação da Lei 11.428/06, o tratamento jurídico é o mesmo dado à Mata Atlântica.

Baseando-se no art.23 da Lei 11.428/06, o corte e supressão e exploração de vegetação de mata atlântica somente é permitido nos seguintes casos:

*“I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas;*

*II - (VETADO)*

*III - quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após averbação da reserva legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;*

*IV - nos casos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei.”*

7 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

#### III) Conclusão:

8 – Ante ao exposto, considerando que a intervenção requerida não se enquadra nas premissas técnicas e legais vigentes, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo do ponto de vista jurídico, opina pelo **indeferimento da supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 120,28ha, devendo o empreendedor cumprir as recomendações contidas no Parecer Técnico, ou seja, recomposição da vegetação suprimida.**

**Observação:** Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

### 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **INDEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 120,28 hectares em área comuns.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Não se aplica

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1		
2		
3		
4		
...		

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC    ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Dárcio Pereira de Sousa Ramos  
MASP: 1021315-5

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho  
MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor (a) Público (a)**, em 22/02/2024, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Darcio Pereira de Souza Ramos, Servidor (a) Público (a)**, em 22/02/2024, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **82445614** e o código CRC **9D7148A4**.